

Feminismo, direitos e subjetividades: a União de Mulheres de São Paulo

JÚLIA GLACIELA DA SILVA OLIVEIRA*

Michelle Perrot (2008) afirma que os feminismos contemporâneos têm se caracterizado pela reivindicação do *direito ao corpo*. O corpo feminino aparece, ao longo da história, subjugado e dominado por diversas formas de violência, como estupro coletivos, surras, espancamentos e assédios sexuais, que por muito tempo foram considerados naturais e tolerados pela sociedade. Daí a mobilização das feministas em trazer à tona a questão da liberdade do corpo da mulher e do controle sobre ele, seja no que diz respeito à interrupção da gravidez voluntária, sem autorização do Estado, ou no desejo de viver uma vida livre de qualquer forma de violência.

Nos últimos quarenta anos, as feministas ao ocuparem espaços antes interditados às mulheres, criticaram e questionaram os saberes e as formas de dominação políticas e sociais sobre os corpos femininos. Assuntos como sexualidade, aborto, violência, família e cidadania passaram a compor o centro de debates e de pesquisas resultando nas propostas e lutas pelos direitos das mulheres, assim como nas políticas públicas de igualdade de gênero. Essas ações permitiram a constituição de novas linguagens e referenciais sobre o feminino, propiciando deslocamentos no imaginário social e cultural.

A proposta deste trabalho é apresentar a militância da associação feminista “União de Mulheres de São Paulo” (UMSP), fundada em 1981, na trajetória de luta pelos direitos das mulheres e das reflexões em torno da violência de gênero. O intuito é mostrar a política do grupo que, ao criar espaços de educação jurídica popular e de reflexões, tem possibilitado a constituição de novas subjetividades femininas, outras maneiras de ser, desconstruindo, assim, a idéia de um “destino biológico e natural”. Isso propicia às mulheres novos olhares para si mesmas, para seus corpos, seus desejos, afetos e para suas relações cotidianas, fortalecendo a crítica sobre as relações patriarcais e misóginas.

* Mestranda em História Cultural IFCH/UNICAMP. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A formação da União de Mulheres

A União de Mulheres de São Paulo foi fundada, em 1981, por iniciativa de algumas militantes de esquerda, como Criméia Alice Schmidt de Almeida, Terezinha Gonzaga Oliveira, Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha) e Maria de Lurdes Rodrigues (Lurdinha) que faziam parte do PC do B, e, também, por diversas mulheres vindas da periferia da cidade e que estavam engajadas em movimentos sociais de luta por creches, moradia e carestia.

Os trabalhos “nucleados” realizados na periferia e nos sindicatos permitiram um grande número de associadas e a expansão das reflexões sobre o *ser mulher*. Terezinha Gonzaga, que na época era militante política e estudante da FAU-USP, e que, hoje, além das atividades realizadas na UMSP, dedica-se ao trabalho de urbanização de favelas em Taboão da Serra e à luta pelo fim da violência nestes espaços, conta que no dia da fundação da UMSP

(...) Tinha um mundo de mulheres! Nós fundamos a União de Mulheres com trezentas mulheres! (...) Trezentas mulheres, porque nós tínhamos um trabalho, assim, nucleado, em todo lugar que a gente ia. Eu era da APEOESP, eu era professora e montei um departamento da mulher na APEOESP. Eu, a Socorro, a Lilian, a Cristina, era um monte de mulheres do PC do B. (Entrevista com Terezinha Gonzaga, maio/2010:13)

Maria Lygia Q. Moraes (1996) afirma que o feminismo brasileiro dos anos 1970 “é uma experiência política das mais interessantes”, pois, as feministas, sem deixar de lado as bandeiras de luta enquanto mulheres, também constituíram outras redes políticas no processo de lutas pelas liberdades políticas. A UMSP nasceu desta dupla contingência e isso possibilitou ao grupo criar espaços nos quais as mulheres pudessem falar sobre si, sobre seus cotidianos, questionar as hierarquias sexuais, os saberes sobre seus corpos, criticar as divisões binárias na sociedade e reivindicar lugares plurais que atendessem as multiplicidades do feminino.

Sem sede própria durante os três primeiros anos, eram em casas, sindicatos e associações de bairros que as mulheres se encontravam para discutir e traçar suas pautas de lutas. Amelinha, militante de esquerda desde a adolescência e que esteve presa entre os anos de 1972 a 1973 narra que

(...) as mulheres faziam reuniões nas casas delas, no quintal das casas delas, numa associação de bairro, numa creche, às vezes na igreja ou na garagem de uma casa. Era muito lindo! Você reunia com mulheres em todos os cantos. Nós éramos em mais de três mil associadas. (...) Você mobilizava mulheres muito rápido, primeiro por que o movimento estava em ascensão e nós trabalhávamos muito. O fato de o movimento estar em ascensão passou a despertar o interesse em muitas mulheres em ser feminista, em querer discutir, de participar. E se discutia de tudo, o que aparecia da sexualidade ao aborto. E era muito interessante, pois muitas questões como o aborto e a sexualidade, as mulheres eram muito mais resolvidas do que nós feministas. Pois elas tinham que resolver na prática (...). Isso aparecia na discussão e fluía. Eram coisas da vida. (Entrevista com Maria Amélia A. Teles Fevereiro/2011:08)

No entanto, as primeiras atividades da UMSP relativas à conquista dos direitos das mulheres foram concernentes ao trabalho feminino. A desigualdade de condições e de salários entre homens e mulheres, além dos assédios aos quais estas estavam sujeitas, levaram a reivindicações por melhorias e igualdades. Em meio a isso, as atenções do grupo direcionaram para as constantes demissões de mulheres que optavam em serem mães. Isso levou o grupo a denunciar e problematizar a política de intervenção e controle do corpo feminino realizado pelo Estado por meio do programa de “Controle de Natalidade”.

Michel Foucault (1999, 2005) analisa que desde meados do século XVIII, a vida passou a ser alvo dos investimentos políticos por meio de previsões, estimativas e estatísticas sobre a natalidade, mortalidade e longevidade, definindo o que o autor denominou de biopolítica, ou seja, o controle da população por meio de regulamentações normativas.

No Brasil, durante as décadas de 1970 e 1980, estas intervenções políticas nos corpos femininos se concentram de duas formas: nas medidas de saúde para controle de natalidade e esterilização de mulheres – sem que estas recebessem qualquer informação ou mesmo tivessem direito à escolha, e na criminalização e perseguição àquelas que negavam a maternidade e praticavam o aborto¹.

As feministas ao denunciarem essas práticas passaram a questionar a naturalidade da função materna e os direitos à autonomia e decisão sobre seus corpos.

¹Nesse momento, movimentos de mulheres e de profissionais da saúde elaboram o projeto do PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – que previa um atendimento amplo e integral à mulher, incluindo o direito à concepção, contracepção e interrupção da gravidez, colocando a saúde feminina na pauta da agenda política do país em vias de redemocratização. (BARSTED, 2009:233) Ver também MACHADO, 2010.

Como salienta Tania Swain (2004) “(...) quando os feminismos questionam o “natural” e a “natureza” humana como sendo as bases imutáveis do ser, revelam a multiplicidade do social e as possibilidades infinitas de sentidos atribuídos às práticas, às culturas e aos seres.”

A UMSP realizou diversas campanhas desconstruindo a idéia da maternidade como uma obrigação natural da mulher e sim como uma escolha, uma opção que elas poderiam fazer. A partir da bandeira “*Um filho se eu quiser, quando quiser, como quiser e com quem eu quiser*” o grupo não apenas questionava a natureza inflexível da maternidade, mas abria espaços para outras possibilidades de ser mãe e de se pensar o conceito de família. Denunciava as intervenções cirúrgicas e médicas a respeito do parto e as condições das mulheres no país. No boletim do segundo trimestre de 1984, a associação apresenta o que significava a maternidade naquele momento

Ser mãe, hoje, é perder o emprego por que está grávida. É não poder estar grávida. É não poder ter mais filhos. É ser obrigada a ser esterilizar. Ser mãe é ser obrigada a fazer aborto clandestino, sem nenhuma assistência médica para não perder o emprego, para não deixar os outros filhos morrer de fome. (“Saudação às mães”, Boletim UMSP abr/jun, 1984:03)

Amelinha recorda-se da dificuldade em denunciar esta intervenção política que parecia invisível. De acordo com ela, o corpo feminino foi utilizado como “laboratório de testes” sem qualquer explicação ou consentimento das mulheres. A falta de conhecimento sobre o próprio corpo e da medicação levou muitas mulheres a uma gravidez indesejada ou a problemas de saúde

(.) era um programa experimental (...). Eram altas dosagens de hormônio, sem explicar para as mulheres o que estavam acontecendo, sem informações necessárias, sem o direito à escolha se queriam ou não queriam ser mães. (...) E antes da pílula, eles testaram o DIU. E com o DIU você tem que ter uma assistência médica, um controle da saúde (...). E foram testando. E depois experimentaram a pílula, mas ela tinha uma dosagem muito alta, então as mulheres engordavam, sentiam muitas dores de cabeça, as pernas cheias de varizes, eu tinha até pena. E a pílula exige muito conhecimento do corpo, exige escolaridade, educação para a saúde e as mulheres não tinham isso... Tinha mulher que tomava de dia e de noite; tinha outra que tomava só na hora que ia transar; às vezes não tinha tempo, então só tomava naquele dia e ficava grávida. E as que tomavam de dia e de noite, tinham dores de cabeça, vomitavam e depois falavam para mim “acho que estou grávida”. E você conversava com ela e via que estava tomando a pílula duas vezes por dia. Ai você conversava, explicava, lia a bula com ela, enfim... Dai eles começaram a testar os injetáveis, por que ai o médico vai lá aplica e a mulher não precisa saber nada. E foram usando as mulheres de cobaia. Fizeram esterilizações em massa. (Entrevista com Maria Amélia A. Teles, fevereiro/2011: 08)

Na outra ponta desta política estava a criminalização ao aborto, tema que mistura questões morais e religiosas e dificulta o debate sobre a autonomia da mulher. Contudo, a questão já fazia parte das discussões de alguns profissionais da área da saúde que, ao constatarem o número de mulheres mortas em decorrência dos abortos clandestinos, lutavam para que este entrasse na agenda política como um tema de saúde pública. As feministas, por sua vez, denunciavam as relações de poder que não vinham apenas do Estado, mas a interferência da igreja Católica na política e na autonomia feminina.

No final da década de 1980, esse tema, assim como a reformulação do código civil, a revisão do conceito de cidadania e família, a violência contra a mulher e a sexualidade, foram levadas pelas feministas para a inclusão nas plataformas e programas políticos, fazendo com que as questões de gênero fizessem parte dos debates eleitorais e da redemocratização do país (ALVAREZ, 1988).

Esse momento foi o primeiro pilar da construção dos Direitos das Mulheres no país. O processo de redemocratização trouxe em sua Constituição a igualdade civil entre homens e mulheres, acabando com a hierarquia que legitimava a superioridade masculina, sobretudo nas decisões familiares; ampliou o conceito de família que foi estendido para as demais relações fora do casamento “formal” que não concedia às mulheres e filhos qualquer tipo de direito. Contudo, o reconhecimento de uniões homoafetivas como “famílias” e a legalização do aborto, que também foram propostas na constituinte, não passaram levando a outras reflexões e manifestações feministas².

Desde 1983, o dia 28 de setembro – escolhido em homenagem a lei do “Ventre Livre”, em 1871 – é dedicado pelas feministas como dia Nacional pelo Direito ao aborto³. A negativa do Estado na Constituição levou à UMSP, em 1990, a manifestar-se de forma corajosa e irônica contra o poder da igreja Católica. Durante o processo de redemocratização a igreja Católica junto de alguns militantes de esquerda favoráveis a reforma agrária, fizeram intensas manifestações contra o aborto e a “favor da vida desde

² Houve uma campanha nacional pela descriminalização do aborto. As feministas precisavam colher 30.000 assinaturas para levar o assunto ao Congresso. A UMSP considera este momento como um dos mais bonitos de sua trajetória, momento em que se foi às ruas apresentar a proposta e que as militantes conseguiram colher 4.5000 do total das assinaturas de São Paulo. A soma ainda contou com as movimentações em outros estados brasileiros.

³ Em 1983, no Rio de Janeiro, vários grupos feministas se organizaram para debater sobre saúde, sexualidade, aborto e contracepção. Esse encontro é considerado um marco político sobre o aborto e definiu o dia 28 como o Dia Nacional pelo Direito ao Aborto. (MACHADO: 2010:115)

a concepção”. Como o objetivo de apontar a ações patriarcais e misóginas da igreja Católica em relação à mulher – tanto na pregação de uma figura feminina inferior e submissa ao homem, quanto na intervenção sobre o direito de escolha da mulher – o grupo preparou um ato de “rebeldia” contra o discurso religioso. As militantes da UMSP saíram às ruas vestidas com camisetas e carregando cartazes que traziam estampados a imagem do Papa João Paulo II grávido com os dizeres “*Se os homens engravidassem o aborto já seria um direito*”⁴. Em seus cartazes questionavam a obrigação social de ser mãe e problematizavam a criminalização do aborto como apresenta a reportagem veiculada no Jornal *Folha de São Paulo*, ao relatar o choque que a manifestação causou

Você acha que as mulheres são obrigadas a terem filhos? Você acha que as mulheres que não querem ou não podem ter filhos devem ser torturadas, presas ou mortas? (...) Nós mulheres temos o direito de decidir se queremos, quando queremos e como queremos e com quem queremos e podemos ter filhos. (SANT’ANNA, Vanilda. Folha de São Paulo, 29/09/1990)

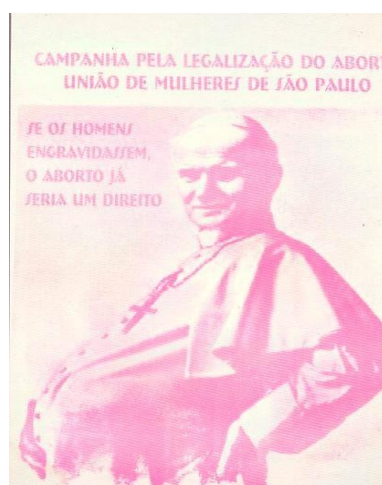


Figura 1 Papa Grávido: Arquivo UMSP: 1990

A manifestação, como lembra Criméia (2011), foi “censurada” por outras feministas ligadas a partidos políticos de esquerda que acreditavam ser importante ter a Igreja a favor, silenciando, assim, o enfrentamento ao discurso religioso que controla e disciplina o corpo e o desejo feminino.

⁴ Esta idéia veio a partir de uma experiência de Amelinha no período em que esteve em contato com um grupo feminista na Alemanha. Em reação a vinda do Papa à cidade de Colônia um grupo de mulheres saiu pelas ruas nuas carregando um cartaz com a figura do Papa grávido e com os dizeres “Se o papa engravidasse o aborto seria legal” (entrevista com Maria A. Teles: 2011)

Saindo da invisibilidade – a politização da violência

Se a temática do aborto continua a ser uma questão polêmica, a banalidade da violência destinada aos corpos femininos, na década de 1980, ganhou a atenção das feministas e das entidades públicas. De acordo com Lia Machado (2010), foram as denúncias sobre o “*poder de vida e de morte dos homens sobre as mulheres*” que foram capazes de dar a tônica da violência cotidiana que as mulheres sofriam, repercutindo na opinião pública e política.

Nesse momento vieram à tona, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, diversos casos de mulheres que foram assassinadas por seus maridos ou companheiros, sendo que estes continuavam impunes sob a alegação de *legítima defesa da honra*. As feministas problematizaram a situação demonstrando que a invisibilidade destes atos era decorrente da naturalidade com que as violências eram encaradas na sociedade. Corpos torturados, violados, dilacerados fisicamente e em sua afetividade, sem que tivessem rosto ou voz.

Foi a partir de iniciativas como a construção dos “SOS Mulher” e das Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) que se pode definir o que se designava por *violência contra a mulher*, a partir da visão conceitual do patriarcado e, assim, ter bases tanto para a elaboração de propostas políticas de direitos, bem como para levantamento de dados sobre a situação dos casos de violência, levando, posteriormente, a críticas e revisões sobre o conceito ⁵. Como salientam Debert e Gregori

A definição de violência contra a mulher no Brasil foi elaborada em meio a uma experiência política inovadora na década de 1980, em que, ao lado de práticas de sensibilização e conscientização, militantes feministas atendiam mulheres que sofriam violências nos chamados SOS Mulheres. O conjunto de idéias que deu suporte e substância foi elaborado a partir da compreensão particular acerca da opressão sofrida pelas mulheres no âmbito do Patriarcalismo – noção sintonizada com as discussões feministas em cenário internacional. Gênero não era a categoria empregada nesta definição (...) (DEBRET & GREGORI, 2007:168)

⁵ O primeiro SOS Mulher foi criado em São Paulo, em 1980, por iniciativa de grupos feministas que tinham o objetivo de prestar atendimento às mulheres vítimas de violência. A DDM foi construída em São Paulo, em 1985, por meio da denúncia do tratamento dispensada em outras delegacias em relação ao atendimento às vítimas. (GREGORI & DEBERT, 2008).

As pesquisas realizadas, sobretudo pela antropologia e sociologia, demonstravam a maior incidência de violência contra a mulher no lar e, ou, nas relações afetivas levando aos conceitos de “violência doméstica” e “violência familiar”. Essas terminologias que foram utilizadas para dar visibilidade aos inúmeros casos de violência, mais tarde sofreram revisões e críticas, pois, na interpretação jurídica, estes conceitos passaram a se referir, também, às violências cometidas contra crianças e idosos, tirando do foco as relações de dominação e poder dos homens contra as mulheres dentro destes espaços.

No entanto, esses debates e pesquisas levaram às campanhas de conscientização, tais como “*O Silêncio é cúmplice da violência*”, que provocaram muitas mudanças na forma das mulheres perceberem a condição em que viviam e, assim, denunciarem seus agressores. Porém, a violência cotidiana não é um “privilegio” de mulheres casadas ou que possuem um relacionamento afetivo. Assistimos diariamente os horrores praticados contra as mulheres, são estupros, espancamentos, coerções, humilhações, assassinatos direcionados a elas pelo simples fato de *serem mulheres*.⁶

No entanto, apesar dos casos de violência vierem à tona, os agressores continuavam impunes levando as feministas a criarem outra campanha “*A impunidade é cúmplice da violência*”, como percebe Criméia:

(...) *O primeiro slogan era ‘o silêncio é cúmplice da violência’, depois a gente passou a incluir ‘a impunidade é cúmplice da violência’, porque a gente começou a ver o seguinte, a mulher se silenciava porque o cara não era punido, se ela sáisse gritando era ela quem era punida!*(Entrevista com Criméia S. A. Teles, abril/2001: 08)

Nesse sentido, a UMSP denunciava esta impunidade por meio de boletins trimestrais da campanha, mostrando casos de mulheres violentadas e assassinadas, dos

⁶ Entre os anos de 1997 a 2007, 41.532 mulheres, entre adultas e adolescentes, foram assassinadas no país. Ver “Mapa da Violência no Brasil 2010”. Instituto Sangari. <http://www.institutosingari.org.br/instituto>. Além das mortes, contabilizam-se os estupros, as agressões físicas, a coação, o assédio sexual e a privação da liberdade, como mostra a pesquisa da Fundação Perseu Abramo, de 2004, na qual 19% das entrevistadas (uma a cada cinco brasileiras) responderam espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência por parte de algum homem. Quando estimuladas pela citação de diferentes formas de violência, este número subiu para 43%, ou seja, um terço das mulheres já teria sofrido algum tipo de agressão em sua vida. Dentre as violações, agressões físicas (22%), ameaças de morte ou cerceamento do direito de ir e vir (24%) e estupro (13%) são as formas mais recorrentes no cotidiano feminino. Ver: VENTURI, G., RECAMAN, M., e OLIVEIRA, S., (2004).

quais os culpados continuavam em liberdade. Diante do descaso e da omissão jurídica, a UMSP questionava a importância da vida das mulheres e denunciava a cultura machista e misógina que naturalizava o domínio masculino sobre a vida e o corpo feminino. No boletim de junho de 1995, diante de mais casos banalizados, o grupo ressalta “(...) *Alertamos mais uma vez toda a opinião pública. Os homens não podem continuar se achando donos da vida, do corpo e do desejo das mulheres. As mulheres têm o direito a uma vida autônoma e a exercer livremente sua cidadania. (...) As mulheres também têm direito a vida!*”

O conceito de gênero, introduzido no discurso feminista entre as décadas de 1980 e 1990, possibilitou novas abordagens sobre a violência. Ao compreender o gênero como um processo cultural que atribui significado e valor às diferenças corporais (SCOTT, 1994), constituindo assim hierarquias e diferenças a partir do sexo, passa-se a perceber essa diferença como uma questão política que, ao valorizar um detalhe biológico em detrimento do outro, estimula e institui a violência (SWAIN, 2009 a)

Assim, o corpo feminino passa a não ser apenas uma superfície discursiva, mas também o local onde as violências podem se materializar enquanto algo banal, pois “se o pressuposto da diferença ‘natural’ dos sexos institui o dispositivo da sexualidade, a violência é sua materialização” (SWAIN, 2009a: 3).

Rita Segato (2003) considera que esses discursos identitários de gênero criam o *mandato da violência*, que cultiva histórica e culturalmente na sociedade, não apenas a identidade feminina associada à submissão, mas também a imagem masculina ligada à agressividade. Assim, os homens devem ser capazes de demonstrar sua virilidade enquanto condição indissociável de sua subjetividade. Ela compreende que “o sujeito não é violento porque *tem o poder* ou para mostrar que o tem, mas sim por que *deve obtê-lo*” (SEGATO, 2003:40).

Nesse sentido, para além das transformações políticas e jurídicas, fazia-se necessária uma transformação subjetiva para que a violência contra a mulher fosse desenraizada da sociedade (MACHADO, 2010). Assim, além da construção de postos de atendimentos específicos para o atendimento a estas mulheres e as propostas de legislação, havia a necessidade da criação de espaços feministas voltado para as mulheres compreenderem seus direitos, mas que também propiciassem uma vida mais libertária. Como salienta Amelinha em texto divulgado pela UMSP, em 2003:

A luta se concentrou em mudanças e reformas da legislação, mas principalmente na transgressão da “moral” vigente. Houve um rompimento com os padrões da sexualidade. As mulheres passaram a defender os direitos sexuais e reprodutivos, passaram a exercer sua orientação sexual sem se deixarem “culpabilizar-se” (TELES, 2003:4)

Nesta perspectiva, a UMSP tem, desde 1994, um projeto de educação jurídica popular, intitulado “Promotora Legal Popular (PLP)”, destinado às mulheres no intuito que estas conheçam seus direitos e que possam refletir sobre as imposições e normatizações sobre seus corpos, desejos e afetos, possibilitando a novas configurações da subjetividade feminina.

Reinvenções possíveis: educação jurídica e subjetividade

Em 1992, o CLADEM (Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher) promoveu um curso de capacitação legal popular, apresentando a proposta e trazendo a experiência de alguns grupos que já trabalhavam com a educação jurídica de mulheres em outros países como Chile, Argentina e Peru⁷. Algumas das militantes da UMSP, como a Amelinha, e da ONG feminista Themis⁸ participaram do curso e resolveram promover a iniciativa nas cidades São Paulo e Porto Alegre, sob o nome de “Promotoras Legais Populares”. O objetivo de ambas as entidades era levar às mulheres noções básicas de Direito, funcionamento do Estado, legislação e reflexões sobre a discriminação social e cultura da mulher.

Em 1993, a Themis realizou o primeiro curso em Porto Alegre, e em São Paulo a atividade começou em 1994. Em 1993, em uma preparação para o curso, a UMSP promoveu uma “Introdução ao Curso de Promotoras Legais Populares” que contou com a participação de líderes comunitárias e profissionais ligados ao campo jurídico.

⁷ Sobre o tema ver: RICOLDI, Arlene. *A experiência das Promotoras Legais Populares em São Paulo: gênero e cidadania*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras, Universidade Estadual de São Paulo: 2005. OLIVEIRA, Fernanda. *Quando o Direito encontra a rua: a formação do curso de Promotoras Legais Populares*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo: 2006.

⁸ A ONG feminista Themis foi fundada, em 1993, em Porto Alegre, por estudantes e profissionais do Direito com o objetivo de ampliar o acesso das mulheres à justiça.

Criméia, ao contar sobre esse evento, relembra a lacuna existente entre o cotidiano feminino, os (re) arranjos familiares e afetivos e o Direito.

(...) Olha, esse seminário foi muito engraçado (...)! Foi em um colégio de Freiras, aqui em São Paulo, e tinha um professor, porque os caras do Direito vieram falar com a gente. Foi meio que um debate, tinha professor para falar do Direito da Família e a gente explicava qual era o nosso, porque não existia nem essa idéia de PLP, bem a gente tinha por conta do tal congresso. E tinha um monte de lésbica no curso. E uma lá perguntou se quando o casal se separava e o juiz dava a guarda para a mãe e se a mãe se casasse com outra mulher, o juiz tinha o direito de tirar as crianças? E aí o cara achou a pergunta um tanto estranha e disse “bem o juiz deve achar que deve tirar porque o ambiente, moralmente, não é saudável para as crianças”. E se o pai casar com outra mulher, o juiz vai tirar o filho da mãe para dar para outra mulher? E o cara se sentiu na maior saia justa. E aí ele não agüentou: “pode ficar com o casal de lésbica desde que não façam lesbidagem na frente das crianças!” Aí uma lá perguntou “quer dizer que papai-mamãe pode fazer?” E ele ficou nervoso, disse “mas vocês fazem umas perguntas muito inconvenientes”. Ele não agüentou o tranco! Mas era muito engraçado o curso! E assim foram dois dias de seminário e foi o tempo todo o pessoal do Direito embananado com as mulheres. Eram só perguntas inconvenientes que o Direito não dava conta. (Entrevista Criméia S.A. Teles, abril/2001:10)

Para além da ação política e da luta pela efetivação e reformulação dos direitos relativos às questões femininas, este espaço possibilita a troca de experiências, de reflexões coletivas sobre o cotidiano e os problemas enfrentados por *ser mulher* e, assim, cria condições para que as mulheres construam outras formas de sociabilidades, novos olhares sobre si e outras redes de amizade e de enfrentamento. Por meio do processo de aprendizagem sobre as questões jurídicas e institucionais, essas mulheres podem descobrir mais sobre si mesmas, questionar as redes de poder que subjagam os corpos femininos e traçar novos trajetos e perspectivas para suas vidas. É um outro efeito da militância feminista, a potencialidade da transformação subjetiva. Como define Margareth Rago, transformação subjetiva refere-se “a maneira pela qual o indivíduo constitui relações de si para consigo, abrindo espaços da liberdade para além dos saberes e poderes que ameaçam capturá-lo e despotencializá-lo” (2006:01)

Guaneci e Jussara, promotoras legais das primeiras turmas formadas pela Themis, em entrevista concedida em março deste ano, me relataram sobre suas experiências enquanto mulheres de periferia e o contato com o curso de capacitação. Elas disseram “diziam que a gente não conseguiria ultrapassar a ponte e a gente conseguiu passar a ponte...” “A gente ultrapassou a ponte, ultrapassou o rio, ultrapassou

o mar...”. Ultrapassar a ponte, que simbolizava sair da periferia e ir ao centro, para estas mulheres foi mais que passar fronteiras fixas, marcadas por questões sociais, foi também romper com questões morais, com relações de assujeitamento, a conquista novos lugares e a reconstrução de suas imagens e de relações afetivas e de amizade.

Outras falas sobre esses processos de transformação de si aparecem nos depoimentos de promotoras à UMSP. Roseli, promotora legal formada em 2003 diz que “o curso trouxe a reinvenção em minha vida. Acordei. Despertei”. Inês, que participou da turma, em 2004, fala que foi ali que descobriu o *que era ser mulher* e ter autonomia e ressalta o desejo de que outras mulheres possam ter essa experiência: “Por eu considerar que demorei muito a descobrir isto, pretendo divulgar para que outras mulheres tenham este despertar desde o seu nascimento”. (Depoimentos cedidos à coordenação de PLPs, Arquivo da UMSP) “(...) o curso me trouxe muitas coisas boas, abriu-me horizontes na parte do conhecimento, e, principalmente, no quesito solidariedade.” Maria José Rocha, 8ª turma, UMSP, 2001 O curso (...) me estimulou a voltar aos bancos escolares, (...) estou cursando o 3º semestre da faculdade de Direito..” Yara Lima, 7º turma, UMSP, 2000

Mais do que de terem a possibilidade de saber que são “cidadãs”, portadoras de direitos, o que há muito pouco tempo lhes era negado, elas percebem que têm o direito de ser o que quiserem, que podem fazer múltiplas escolhas em suas vidas. Desfazendo as antigas fronteiras que separavam o público e o privado, emoção e razão e construindo novas teias de saber, estas mulheres conseguem perceber a potência de suas vidas para as transformações em si e na sociedade.

Marinalda, formada em 2003, relata a importância deste espaço formado por mulheres na construção de uma rede de apoio e da possibilidade de descobrir novos caminhos

Sou uma nortista, ex-micro-comerciante, tenho 45 anos, sou casada e tenho três filhos. Na época em que cursei o curso de PLP estava me recuperando de uma depressão (...) estava me sentindo vulnerável, sem saber qual direção tomar em minha vida. (...) Eu senti um novo amanhecer, percebi que existia diversas opções de vida que eu não conhecia que eu era uma pessoa muito importante, uma cidadã, detentora de direitos que jamais imaginei. Hoje em dia, participo de vários movimentos como saúde, como delegada do Grupo de Mulheres Negras (Depoimento à UMSP, arquivo da instituição, 2003)

Percebo nesses relatos as implicações da UMSP para além da conquista política, ao desconstruir a idéia do destino biológico, da identidade fixa de gênero, de desfazer a naturalidade a banalização sobre a violência contra a mulher, estas mulheres têm propiciado a construção de outras referências ligadas ao feminino, trazendo novos conceitos sobre beleza, corpo, trabalho, afeto, etc. Como ressalta Swain “os femininos fariam parte da insurreição dos ‘saberes dominados’, criticando as relações de poder que estabelecem os modos “verdadeiros” de se viver” (2009c: 03). Assim, cria-se “políticas de transformação de si” que, como afirma Rosi Braidotti (2002), permitem às mulheres deslocamentos dos lugares que são impostos como identidades fixas e naturais, propiciando novas experiências.

Ao longo destes trinta anos de luta pela defesa dos direitos das mulheres, com suas passeatas, manifestações, gritos e com sua coragem de denunciar, problematizar e questionar, a UMSP subverteu com falas e lugares impostos às mulheres e propiciou condições para a criação de vidas mais libertárias. Seus esforços em apontar e desfazer cada nó que prende as mulheres a uma vida de sujeição, hierarquia e dominação têm sido intensos, possibilitando reinvenções diárias por meio de sutis “rebeldias e subversões” feitas no cotidiano feminino. Como afirma a teóloga feminista Ivone Gebara

HOJE que nos é dado, é apostar que a vida necessita de muitas rebeldias para continuar sendo vida para todos nós. E, finalmente, que as rebeldias devem nos habitar democraticamente, isto é, rebeldias desde a vida cotidiana, desde nossas atividades mais comuns, rebeldia para que a vida em abundância não seja escrava dos dogmas e dos impérios do passado e do presente (GEBARA, 2006: 04)

Nesse aspecto, é importante é perceber as imensas conquistas que os feminismos tiveram ao longo destas décadas, das mudanças políticas e culturais que trouxeram, das inovações nos modos de pensar, de se comportar e de viver que propõem. A UMSP faz parte desse movimento feminista que vêm criando e propiciando novas éticas e subjetividades femininas e feministas, contribuindo, assim, para tornar o mundo mais libertário e plural.

Bibliografia

- ALVAREZ, Sonia. “Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia”. In: STEPAN, Alfred. *Democratizando o Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- BARSTED, Leila Linhares. “O movimento de mulheres e o debate sobre o aborto”. In: ROCHA, Maria Isabel e BARBOSA, Regina Maria. ORG. *Aborto no Brasil e no Cone Sul – panorama da situação e dos estudos acadêmicos*. Publicação NEPO (Núcleo de Estudos de População) Unicamp, 2009
- BRAIDOTTI, Rosi. “Diferença, diversidade e subjetividade nômade”. In: *Revista feminista digital internacional Labrys, estudos feministas*, nº 1-2, jul-dez, 2002
- DEBERT, Guita G. & GREGORI, Maria Filomena. “Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* v.23 n.66, São Paulo: fev. 2008
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 16ª edição. São Paulo: Graal, 2005
- _____. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999
- GEBARA, Ivone. “Cristianismo rebelde ou a dominação dos modelos masculinos na rebeldia cristã”. *Igreja Nova*: Setembro, 2006
- GOLDEBER, Maria A. A. *Violência contra a mulher*. São Paulo: Conselho da Condição Feminina, 1985
- MACHADO, Zanotta Lia. *Feminismo em movimento*. São Paulo: Francis, 2010
- PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008
- RAGO, Margareth. “Foucault, a Subjetividade e as Heterotopias Feministas” In: SCAVONE, L; MISKOLCI, R; ALVAREZ, M.C. *O legado de Foucault*. São Paulo: UNESP, 2006
- _____. “Feminizar é preciso, por uma cultura Filógena.” *Revista do SEADE*, São Paulo, 2002
- _____. “Feminismo e Subjetividade em Tempos Pós-Modernos.” In: LIMA, Cláudia. C. e SCHMIDT, Simone P.(Org.) *Poéticas e Políticas Feministas*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2004
- _____. ”Práticas Feministas em novos modos de subjetivação.” *Maracanan - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRJ*, v. IV, p. 13-35, 2008.
- SEGATO, Rita. *Las Estructuras Elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología el psicoanálisis y los derechos humanos*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003
- SWAIN, Tania Navarro. “Entre o normal e o “abjeto”: a heterossexualidade compulsória e o destino biológico das mulheres.” In. *Revista Eletrônica Labrys Estudos Feministas*. Ago/dez 2004, nº6
- _____. “Todo homem é mortal. Ora, somos mulheres, logo somos imortais.” In: RAGO, Margareth & VEIGA NETO, Alfredo. *Por uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009a

_____. “O Grande Silêncio”. In: *Revista Eletrônica Labrys Estudos Feministas*, jan/jun, 2009b

_____. “Quem tem medo de Foucault? Feminismo, corpo e sexualidade.” In: *Espaço Michel Foucault* – www.filoesco.unb.br/foucault, 2009c

_____. “Os limites do corpo sexuado: diversidade e representação social.” *Revista digital Labrys, estudos feministas*, jun/dez, 2008a

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999

_____. *Feminismo História e Perspectiva*. Arquivo da UMSP. Material Disponível em: www.uniaodemulheres.org.br, 2003

VENTURI, Gustavo, RECAMAN, Marisol, e OLIVEIRA, Suely (Org). *Mulheres no espaço público e privado*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004